

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da administração

1. Mensagem da administração

A administração da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Companhia, sociedade anônima aberta devido a emissão de debêntures listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 9 de outubro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP da Companhia para o ciclo 2018-2019 foi de R\$ 89.636 mil, um aumento de 4,26% quando comparada com a RAP para o ciclo 2017-2018 que foi de R\$ 85.972 mil decorrente do reajuste da inflação (IGP-M).

(b) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no exercício de 2018 foi de 99,99%, contra uma disponibilidade de 99,98% no exercício de 2017.

(c) Aumento de Capital

Em julho de 2018, a Companhia os acionistas aumentaram o capital em R\$ 11.699 mil.

(d) Mudança no controle acionário

Em 26 de dezembro de 2018, após aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que era a Isolux Energia e Participações S.A. passou a ser a Celeo Redes Brasil S.A.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 3 (três) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam as demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

6. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Chronus Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria externa para a Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2018.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("CPTE" ou Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase**Adoção do CPC 47 (IFRS 15)**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 7(a) às demonstrações financeiras, que descreve os impactos relacionados a adoção do CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes), onde os saldos de abertura relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram ajustados e reclassificados, com o surgimento de um Ativo Contratual (anteriormente, Ativo Financeiro) com saldo de R\$ 253.450, proporcionando ajuste aos lucros acumulados no montante de R\$ 40.667. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Mensuração do ativo contratual e receita de contrato com clientes

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão de energia era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além de receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na TIR (Taxa Interna de Retorno) de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.



Com a entrada em vigor em 01 de janeiro de 2018 do CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes), o direito da contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras de energia nessa norma. Com isso, as contraprestações passaram a ser classificadas como um “ativo de contrato”.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções de receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, (i) a avaliação do desenho dos controles internos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo; e (iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2 – Presunção de alíquota de diferente da estabelecida para concessionária de transmissão de energia elétrica na Instrução Normativa – RFB nº 1515/14.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº23, a Companhia vem apurando e recolhendo o IRPJ e a CSLL, com base no regime tributário do lucro presumido, mediante aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12% respectivamente, previsto no Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 que regulamenta a tributação do Imposto de Renda – (RIR/99).

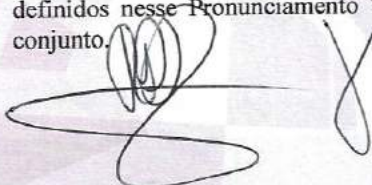
Com base na Instrução Normativa RFB nº 1515 de 24 de novembro de 2014 no que se refere às alterações introduzidas pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, e a Solução de Consulta nº 112 COSIT de 03 de agosto de 2016, a prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculadas a contratos de concessão de serviços públicos de transmissão, estão sujeitos à aplicação de percentual de presunção de lucro de 32%, tanto para a base de cálculo do IRPJ quanto para CSLL, a partir do ano calendário.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das bases de cálculos, critérios percentuais e alíquotas utilizadas para apuração dos valores devidos pela Companhia e os previstos adotando-se legislação pertinente supracitada.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

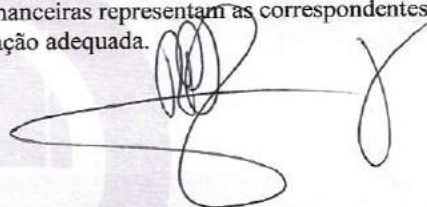
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2019.

Chronus Auditores Independentes S.S.
CRC-PE 000681/O S-RJ



Rosivam Pereira Diniz
Contadora CRC-PE-014050/O S-RJ



Marcelo Cardona Sobral
Contador CRC-PE-025908/O-8 S-RJ

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de

(em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	8	303	12.293
Títulos e valores mobiliários	9	17.084	-
Concessionárias e permissionárias	10	7.015	7.354
Ativo financeiro	11	-	80.514
Ativo de contrato	12	68.325	-
Impostos e contribuições a recuperar		457	936
Outros ativos		1.943	1.798
Total do ativo circulante		95.127	102.895
Ativo financeiro	11	-	138.270
Ativo de contrato	12	185.125	-
Títulos e valores mobiliários	9	16.673	15.080
Partes relacionadas		-	4
Total do realizável a longo prazo		201.798	153.354
Imobilizado e Intangível		1.222	1.385
Total do imobilizado + intangível		1.222	1.385
Total do ativo não circulante		203.020	154.739
Total do ativo		298.147	257.634
Fornecedores		374	447
Debêntures	13	35.743	37.006
Impostos e contribuições a recolher	14	1.226	6.565
PIS e COFINS Diferidos	15	2.494	1.877
Dividendos a pagar	18 (c)	3.512	-
Encargos setoriais		1.556	2.972
Outros passivos		-	493
Total do passivo circulante		44.905	49.360
Debêntures	13	83.988	113.837
PIS e COFINS Diferidos	15	6.757	3.223
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	25.529	10.466
Provisões		902	930
Total do passivo não circulante		117.176	128.456
Total dos passivos		162.081	177.816
Capital social	18 (a)	76.281	64.582
Reserva de lucros	18 (b)	59.785	15.236
Total do patrimônio líquido		136.066	79.818
Total do passivo e patrimônio líquido		298.147	257.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de

(em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	20	43.819	47.262
Pessoal		(188)	(344)
Material		(27)	(11)
Serviços de terceiros	21	(3.089)	(2.967)
Outros		(60)	(458)
Custos operacionais		(3.364)	(3.780)
Lucro bruto		40.455	43.482
Pessoal		(2.782)	(4.149)
Serviços de terceiros	21	(1.838)	(1.730)
Outros		(13.757)	(1.464)
Despesas operacionais		(18.377)	(7.343)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		22.078	36.139
Receitas financeiras		2.027	1.785
Despesas financeiras		(16.534)	(17.765)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	22	(14.507)	(15.980)
Resultado antes dos impostos		7.571	20.159
Corrente		(3.416)	(8.067)
Diferido	16	3.239	658
Imposto de renda e contribuição social	23	(177)	(7.409)
Lucro líquido do exercício		7.394	12.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de

(em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	7.394	12.750
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	7.394	12.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Dividendos retidos	Dividendo adicional	Lucros a realizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2016		64.582	12.916	-	-	-	-	77.498
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	12.750	12.750
Destinação do lucro:		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos antecipadamente		-	-	-	-	-	(10.430)	(10.430)
Dividendos adicionais propostos		-	-	2.320	-	-	(2.320)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		64.582	12.916	2.320	-	-	-	79.818
Ajuste na aplicação inicial do CPC 47/IFRS 15	7	-	-	-	-	40.667	-	40.667
Saldo em 1º de janeiro de 2018		64.582	12.916	2.320	-	40.667	-	120.485
Aumento de capital	18 (a)	11.699	-	-	-	-	-	11.699
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	7.394	7.394
Reserva legal	18 (b)	-	370	-	-	-	(370)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	-	(3.512)	(3.512)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	3.512	-	(3.512)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		76.281	13.286	2.320	3.512	40.667	-	136.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		7.394	12.750
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(3.239)	(658)
- PIS e COFINS diferidos	15	(1.078)	(779)
- Juros e correção monetária sobre financiamentos		16.215	17.246
- Provisões		-	86
- Ativo financeiro - remuneração		-	(45.693)
- Ativo de contrato - remuneração	20	(39.726)	-
		(20.434)	(17.048)
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(17.084)	-
- Concessionárias e permissionárias		339	3.583
- Ativo de contrato	12	69.259	-
- Impostos e contribuições a recuperar		479	(372)
- Outros ativos		(145)	(668)
- Fornecedores		(73)	(54)
- Impostos e contribuições a recolher		(5.340)	5.286
- Encargos setoriais		(1.416)	(1.346)
- Outros passivos		(516)	398
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		25.069	(10.220)
Debêntures - pagamento de juros	13	(10.652)	(12.922)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		14.417	(23.142)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(1.593)	(1.154)
Ativo financeiro		-	72.502
Partes relacionadas		-	379
Imobilizado e intangível		162	(325)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		(1.431)	71.403
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social	18 (a)	11.699	-
Custo de transação		-	565
Pagamento de dividendos		-	(10.430)
Debêntures - pagamento de principal	13	(36.675)	(32.851)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento		(24.976)	(42.716)
Aumento (redução líquida) em caixa e equivalentes de caixa		(11.990)	5.545
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		12.293	6.748
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		303	12.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receitas (1)		48.275	52.408
Remuneração do ativo financeiro	20	-	45.657
Remuneração do ativo de contrato	20	39.726	-
Ganho na RAP	20	241	-
Operação e manutenção do ativo financeiro	20	-	11.337
Operação e manutenção do ativo de contrato	20	18.304	-
Parcela variável	20	(9.564)	(4.586)
Parcela de ajuste do ciclo anterior e rateio de antecipação	20	(432)	-
Insumos adquiridos de terceiros (2)		(17.121)	(6.432)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	21	(3.364)	(3.780)
Despesas gerais, administrativas e outros		(13.757)	(2.652)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		31.154	45.976
Depreciação e amortização (4)		-	-
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)		31.154	45.976
Valor adicionado recebido em transferência (6)		2.027	1.785
Receitas financeiras	22	2.027	1.785
Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		33.181	47.761
Distribuição do valor adicionado		33.181	47.761
Pessoal		2.970	4.149
Impostos, taxas e contribuições		5.065	12.555
Juros		16.534	17.765
Outros		1.218	542
Lucro líquido		7.394	12.750

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima aberta devido a emissão de debêntures listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 25 de setembro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em 26 de dezembro de 2018, após aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que era a Isolux Energia e Participações S.A. ("Isolux") passou a ser a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo Redes").

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia passou a ser controlada pela Celeo Redes Brasil S.A.

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão N° 84/2002 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação Tijuco Preto e término na subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo, as respectivas entradas de linhas e demais instalações, necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O Contrato foi assinado no dia 20 de dezembro de 2002 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 10 de dezembro de 2032. A Companhia entrou em operação comercial em fevereiro de 2009.

A partir de julho de 2024 (16° ano de operação comercial) a Companhia receberá 50% da receita anual permitida do 15° ano, estendendo-se até o término do prazo da concessão.

1.2 Receita Anual Permitida

A Resolução Homologatória n° 2.408, de 26 de junho de 2018, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2018-2019 em R\$ 89.636 (R\$ 85.972 para o ciclo 2017-2018). Um aumento de 4,26%, decorrente do reajuste da inflação (IGP-M).

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 12 de abril de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Durante a preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 10 e 11, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir.

6.1 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

i. Classificação e mensuração subsequente (política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

ii. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros (política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

iii. Mensuração subsequente e ganhos e perdas (política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

iv.1 Ativos financeiros ao VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iv.3 Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

iv. Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e VJR (nesta categoria como mantidos para negociação, instrumentos derivativos de *hedge* ou designado ao VJR).

v.1 Mensuração subsequente e ganhos e perdas

A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e VJR (nesta categoria como mantidos para negociação, instrumentos derivativos de *hedge* ou designado ao VJR).

v.1.1 Ativos financeiros ao VJR

Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.

v.1.2 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

v.1.3 Empréstimos e recebíveis

Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

v.1.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

6.2 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia.

6.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as premissas: base de cálculo de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita de operação e manutenção, 32% sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato e/ou financeiro e alíquota de 15% e adicional de 10% (IRPJ) e alíquota de 9% (CSLL). Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apurava o IRPJ e CSLL pelo regime do lucro real.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.5 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

6.6 Provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa

A Provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Devido a imaterialidade do saldo, a Companhia não constituiu PPECLD para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

6.7 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

7 Mudanças nas principais políticas contábeis

(a) CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente

A Companhia adotou a CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado.

A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47/IFRS 15 sobre a reserva de lucros a realizar em 1º de janeiro de 2018.

	Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018
Reserva de lucros a realizar	
Ativo de contrato	45.632
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.965)
	40.667

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC47/IFRS15 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

I. Impacto no balanço patrimonial

		Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem a adoção do CPC 47/IFRS 15
Em 31 de dezembro de 2018				
Ativo financeiro	(a)	-	189.777	189.777
Ativo de contrato	(a)	253.449	(253.449)	-
Outros ativos		44.698	-	44.698
Total do ativo		298.147	(63.672)	234.475
PIS e COFINS diferidos	(a)	5.100	(1.059)	4.041
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a)	25.529	(6.438)	19.091
Outros passivos		131.452	-	131.452
Total do passivo		162.081	(7.497)	154.584
Capital social		76.281	-	76.281
Reserva de lucros	(a)	59.785	(56.175)	3.611
Total do patrimônio líquido		136.066	(56.175)	79.892

(a) Efeito dos ajustes decorrente do reconhecimento do CPC 47/IFRS 15 conforme descrito na nota explicativa 6.3.

II. Impacto na demonstração do resultado

		Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem a adoção do CPC 47/IFRS 15
Receita operacional líquida	(a)	43.819	927	44.746
Custos e despesas operacionais		(21.741)	-	(21.741)
Receitas (despesas) financeiras		(14.507)	-	(14.507)
Imposto de renda e contribuição social	(a)	(177)	(2.347)	(2.524)
Lucro líquido do exercício		7.394	(1.420)	5.974

(a) Efeito dos ajustes decorrente do reconhecimento do CPC 47/IFRS 15 conforme descrito na nota explicativa 6.3.

(b) CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas na conta reserva de lucros a realizar.

i. Classificação e mensuração - ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

	Classificação original CPC 38/IAS 39	Nova classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 1º de janeiro de 2018
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	12.293
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	15.080
Concessionárias e permissionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	7.354
Ativo financeiro	Empréstimos e recebíveis	-	-
Ativo de contrato	-	Custo amortizado	282.983
			317.710
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	447
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	150.844
			151.291

A partir de 1º de janeiro de 2018, os recebíveis da Companhia passaram a ser classificados como ativo de contrato, sob o escopo do CPC 47/IFRS 15.

ii. Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará a ativos contratuais e aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas (quando aplicáveis) são mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

As perdas estimadas são calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. Além disso, quando aplicável, são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

A Companhia desreconhece provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

(c) Outras alterações

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.



Normas e interpretações técnicas

Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
Alterações ao IFRS 4 (Insurance Contracts) para adequação à aplicação da IFRS 9 (Financial Instruments).
Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.



(d) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

	Vigente a partir de		
	01/01/2019	01/01/2020	01/01/2021

Normas e interpretações técnicas

CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos.	•		
IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.	•		
Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).	•		
Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).	•		
Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).	•		
Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.	•		
Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.		•	
IFRS 17 Contratos de Seguros.			•



A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação do CPC 06 (R2).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

		2018	2017
Caixa		17	17
Bancos		286	433
Aplicações financeiras	(a)	-	11.843
		303	12.293

- (a) Em 31 de dezembro de 2018 as aplicações financeiras da Companhia possuem vencimento superior a 3 meses e não atendem aos critérios para classificação como equivalentes de caixa. Essas aplicações foram classificadas como títulos e valores mobiliários.

9 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 97,5% (98% em 2017) do DI com vencimento entre outubro e dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2018 todo o saldo na conta é representado por meio dessa aplicação.

ii. Não circulante

Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, recursos nas contas denominadas (i) "conta reserva de amortização", o montante equivalente ao necessário para o pagamento dos próximos 3 (três) meses do serviço da dívida; (ii) "conta reserva de operação e manutenção", o montante equivalente ao custo operacional da Companhia relativo a um período de 3 (três) meses, estimado com base nos gastos com o custo operacional durante os 3 (três) meses antecedentes; e (iii) "conta de complementação de ICSD" no caso de não atingimento do índice estipulado na escritura dessas debêntures. Em 31 de dezembro de 2018, todas as contas estão preenchidas conforme estipulado na escritura dessas debêntures.

Em 31 de dezembro de 2018 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2018 foi de 6,07% (9,78% no exercício findo em 2017).

10 Concessionárias e permissionárias

	2018	2017
A vencer	6.095	5.356
Até 3 meses	55	66
De 3 a 6 meses	1	-
De 6 a 12 meses	22	1.369
Acima de 12 meses	842	563
	7.015	7.354

11 Ativo financeiro

2017	Remuneração do ativo financeiro	Recebimento	Transferência para ativo de contrato (a)	2018
218.784	-	-	(218.784)	-
2016	Remuneração do ativo financeiro	Recebimento		2017
245.593	45.693	(72.502)	-	218.784
			2018	2017
Circulante			-	80.514
Não circulante			-	138.270
			-	218.784

- (a) Conforme descrito na nota explicativa 7, a partir de 1º de janeiro de 2018 os valores que eram reconhecidos como ativo financeiro agora são reconhecidos como ativo de contrato.

No dia 28 de dezembro de 2011, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, pelo valor de R\$ 223.832 e foram destinados à: (i) liquidação integral do saldo devedor com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); (ii) pagamento de dividendos e lucros acumulados no valor de; (iii) constituição das contas de garantia; e (iv) contrato de empréstimo com a antiga controladora.

Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 7,8% ao ano. Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos trimestralmente. O primeiro pagamento foi realizado no dia 11 de fevereiro de 2012 e o último será realizado na data do vencimento em 15 de agosto de 2032.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2018	2017
Em 2019	-	31.504
Em 2020	16.607	16.324
Em 2021	23.206	22.924
Em 2022	24.307	24.024
Em 2023	19.868	19.061
	83.988	113.837

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas estabelecidas do contrato das debêntures foram cumpridas pela Companhia.

14 Impostos e contribuições a recolher

	2018	2017
Imposto de renda	395	4.862
Contribuição social	218	1.157
Outros	613	546
	1.226	6.565

15 PIS e COFINS diferidos

2017	Impacto da adoção CPC 47/IFRS 15 (a)	Reversão	2018
5.100	5.229	(1.078)	9.251
2016	Reversão	Constituição	2017
5.880	(780)	-	5.100
		2018	2017
Circulante		2.494	1.877
Não circulante		6.757	3.223
		9.251	5.100

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato (ativo financeiro até 31 de dezembro de 2017) e são registrados contabilmente pela Companhia.

(a) Conforme descrito na nota explicativa 7.

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

2017	Impacto da adoção CPC 47/IFRS 15 (a)	Benefício	2018
10.466	18.302	(3.239)	25.529
2016		Benefício	2017
11.124		(658)	10.466

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e são reconhecidos sobre os ajustes relacionados a contabilização do ativo de contrato (ativo financeiro até 31 de dezembro de 2017).

(a) Conforme descrito na nota explicativa 7.

17 Passivos contingentes

A Companhia possui processos judiciais de natureza fundiária, tributária, trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2018 o valor em risco é de R\$ 4.064 e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 76.281 (R\$ 64.582 em 31 de dezembro de 2017) dividido em 76.281.111 (64.582.207 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

	Quantidade de ações	
	2018	2017
Celeo Redes Brasil S.A.	76.281.111	-
Isolux Energia e Participações S.A.	-	64.582.205
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.	-	1
	76.281.111	64.582.206

Em 26 de dezembro de 2018, após aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que era a Isolux passou a ser a Celeo Redes Brasil S.A.

Os acionistas aumentaram o capital social da Companhia em R\$ 11.699 conforme assembleia geral extraordinária de 06 de julho de 2018.

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

ii. Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

(c) **Dividendos mínimos obrigatórios**

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

19 Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

		2018	2017
Lucro líquido do exercício		7.394	12.750
Média ponderada das ações emitidas	(a)	70.432	64.582
		0,10	0,20

(a) Quantidade em lotes de 1.000 ações.

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

20 Receita operacional líquida

		2018	2017
Ativo financeiro - remuneração		-	45.657
Ativo de contrato - remuneração	(a)	39.726	-
Ativo financeiro - O&M		-	11.337
Ativo de contrato - O&M	(a)	18.304	-
Ganho na RAP	(b)	241	-
Parcela variável	(c)	(9.564)	(4.586)
Receita bruta		48.707	52.408
PIS e COFINS correntes		(2.840)	(2.826)
Pis e COFINS diferidos		1.078	779
Encargos setoriais		(3.126)	(3.099)
Deduções da receita		(4.888)	(5.146)
		43.819	47.262

(a) Conforme descrito na nota explicativa 7.

(b) Com a adoção do CPC 47/IFRS15, toda diferença entre a RAP projetada e a RAP realizada é reconhecida no resultado, independentemente se for ganho ou perda.

- (c) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em: (i) não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente; e (ii) em programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão.

21 Serviços de terceiros

(a) Custos operacionais

Nesta conta são registrados substancialmente os custos com operação e manutenção das instalações de transmissão.

Durante o exercício de 2018 a Companhia incorreu em custos totais de R\$ 2.842 (R\$ 2.706 em 31 de dezembro de 2017), referente ao contrato firmados com a Plena Operação E Manutenção De Transmissoras De Energia Ltda para a prestação de serviços de operação e manutenção das suas instalações de transmissão conforme divulgado na nota explicativa 1.1 e R\$ 247 (R\$ 261 em 31 de dezembro de 2017) de outros custos.

(b) Despesas operacionais

Nesta conta são registradas substancialmente as despesas com consultorias e auditorias.

22 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2018	2017
Rendimento de aplicação financeira	1.534	1.785
Outras receitas	493	-
Receitas financeiras	2.027	1.785
Juros das debêntures	(15.651)	(17.246)
Outras despesas	(883)	(519)
Deduções da receita	(16.534)	(17.765)
	(14.507)	(15.980)

23 Imposto de renda e contribuição social

(a) Lucro presumido

No exercício de 2018, a Companhia apura o IRPJ e a CSLL com base no regime do lucro real.

	2018	
	IRPJ	CSLL
Receita	81.275	81.275
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo da receita	6.502	9.753
Receitas financeiras	2.027	2.027
Outras receitas	493	493
Alíquota vigente	25%	9%
Imposto corrente	(2.256)	(1.160)
Diferenças temporárias	2.382	857
Imposto diferido	2.382	857
	126	(303)

(b) Lucro real

No exercício de 2017 a Companhia apurava o IRPJ e a CSLL com base no regime do lucro presumido.

	2017
Resultado antes dos impostos	20.159
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(6.854)
(Adições) exclusões	(555)
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(7.409)
Alíquota efetiva	37%

24 Transações com partes relacionadas

(a) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2018 a remuneração da administração foi de R\$ 972 (R\$ 1.144 em 31 de dezembro de 2017) e está registrada na rubrica pessoal - despesas operacionais.

25 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	2018	Risco	Cenários		
			(i)	(ii)	(iii)
Aplicações financeiras	33.757	Redução do CDI	2.194	1.646	1.097
Debêntures	119.731	Alta do IPCA	4.741	3.556	2.371

* fonte: relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2018 publicado no site do Banco Central (www.bcb.gov.br). O CDI e o IPCA para o cenário provável (6,5% e 3,96%, respectivamente) foi considerado da Mediana - TOP 5 média prazo para o ano de 2019.

(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

26 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 100.000 para danos materiais e R\$ 10 para responsabilidade civil.

Francisco Antolin Chica Padilla
Diretor

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8